



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681179 - SP (2021/0225122-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO MARTINELLI SCRIGNOLI - SP332406
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RENATA DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RENATA DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O Tribunal de origem deu provimento à apelação para "REDUZIR AS REPRIMENDAS PARA 01(UM) ANO E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA NO REGIME PRISIONAL ABERTO, SUBSTITUÍDA POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITO CONSISTENTES EM MULTA DE 10 (DEZ) DIÁRIAS, NO VALOR MÍNIMO, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE, BEM COMO PAGAMENTO DE 166 (CENTO E SESSENTA E SEIS) DIAS-MULTA, NO PISO LEGAL, E, DE OFÍCIO, DETERMINARAM A REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO A QUO PARA QUE SE OPORTUNIZE AO MINISTÉRIO PÚBLICO A PROPOSTA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL, COM OBSERVAÇÃO." (fls. 374-380)

O Ministério Público opinou pelo não oferecimento do acordo de não persecução penal.

O Juiz de piso acatou a recomendação do Ministério Público. O paciente impetrou *habeas corpus*, que teve a ordem denegada, nos termos da seguinte ementa (fl.14):

Habeas Corpus. Processual Penal. Pleito de rejeição da denúncia. Negativa de oferecimento de acordo de não persecução penal. Ação penal que já tramitou por esta C. Câmara, reconhecendo a culpa mas reduzindo a reprimenda, contudo, determinando-se remessa ao parquet para eventual oferecimento de acordo de não persecução penal. Recusa fundamentada. Diante do quadro, precluso o requerimento de rejeição da denúncia pela via do habeas corpus. Ademais, esta Turma,

coadunando com entendimento jurisprudencial, acolheu tese de que a norma prevista no art. 28-A do CPP, introduzido pela lei n. 13.964/2019 possui natureza híbrida: conteúdo de direito penal e processual-penal. Retroatividade que se mostra possível até o recebimento da denúncia. Impossibilidade de retrocesso da marcha processual. Ordem denegada, liminarmente.

A impetrante sustenta que, "presentes os requisitos legais, a imputada tem direito ao oferecimento da proposta, não sendo concedida ao Ministério Público a possibilidade de discricionariamente avaliar se oferece a denúncia ou apresenta a proposta de acordo de não persecução penal. Não há discricionariedade no exercício do poder acusatório. A solução, diante da constatação de um direito subjetivo do cidadão submetido à persecução penal, é uma só: presentes os requisitos estipulados pelo ordenamento jurídico, o acordo de não persecução penal deve ser ofertado" (fls. 10-11).

Aduz, ainda, que, "diante do abuso do poder acusatório, a acusada será tolhida de seu direito à solução consensual do caso penal, devendo a denúncia, com fundamento no art. 395, II, do Código de Processo Penal, ser rejeitada" (fl. 12).

Requer:

- a) seja processado o pedido e anexo na forma da lei e regimento interno desta Corte, e concedida a ordem ora impetrada, com a rejeição da denúncia, nos termos da argumentação supra;
- b) o deferimento da medida liminar, para que seja determinada a imediata concessão da ordem em habeas corpus, determinando-se a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça. (fl. 12)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente